
EDITORIAL
REVISTA GEOGRAFIA (LONDRINA)
Volume 35, nº 1 – 2026

Para iniciar, nossos agradecimentos aos autores, aos avaliadores e às bibliotecárias que se dedicaram à tarefa da divulgação do conhecimento geográfico e áreas afins, nas suas diversas facetas, durante mais um semestre, construindo esta publicação da nossa revista e, também, aos leitores, pelo interesse no nosso trabalho.

O primeiro artigo tem o título “Drones, Turismo e a Emergência de Novas Paisagens [...]”. O autor teve como objetivo analisar como os drones civis e/ou recreativos podem reconfigurar a visualidade das paisagens na experiência geográfica do turismo e em seu respectivo estudo. Para tal, recorre à literatura Anglo-saxã, da Geografia e do Turismo, a fim de tecer junto conhecimentos complexos e dispersos e adota o método da Complexidade (Morin) para substantivar as reflexões.

“A Centralidade da Categoria Região na Geografia de Milton Santos” discute a categoria região a partir das suas bases teóricas, desde os anos 1970 até suas últimas obras. A ordem de citação dos livros segue a sequência cronológica por décadas, de modo a evidenciar a evolução da concepção de região proposta pelo autor, demonstrando seus limites, relevância e possibilidades. Argumenta que esse conceito ocupa posição central no escopo teórico e na demarché miltoniana, sobretudo nos últimos estudos, pois se articula com outras categorias e desempenha papel essencial no sistema coerente de ideias do autor.

Enfocando o Estado e o papel que exerce na organização do território, está o texto seguinte, “Da Centralidade Político-Administrativa à Capacidade Territorial [...]. O trabalho busca resgatar o debate sobre a origem do Estado, destacando suas características fundamentais, a ampliação de sua capacidade territorial e o uso da cidade-capital como instrumento de gestão. O artigo está estruturado em três seções: a primeira aborda o resgate histórico da consolidação do Estado; a segunda discute o fortalecimento de sua capacidade territorial; e a terceira analisa a teoria sobre a cidade-capital e seu uso como ferramenta de gestão territorial pelo Estado com foco em Brasília.

A seguir, “Geoparques e as Interfaces com os ODS [...]” aborda os Geoparques Globais da UNESCO e o geoturismo, um dos pilares fundamentais dos Geoparques. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 metas globais, que a

Organização das Nações Unidas propôs em 2015 para erradicar a pobreza e proteger o planeta. O artigo analisa as interfaces entre Geoparques e alguns destes objetivos. Por meio da revisão sistemática foram identificados 16 artigos científicos publicados entre 2019 e 2023, que evidenciaram 116 interfaces. As mais recorrentes foram o aumento da mão-de-obra por meio da diversificação e qualificação dos trabalhadores, a promoção do turismo sustentável e a proteção do patrimônio natural e cultural. Os resultados do artigo indicam que os Geoparques contribuem para a geração de emprego, o fortalecimento de identidades locais, a valorização do patrimônio geológico e a promoção da educação ambiental.

“A Geografia da Inovação e Cidades Inteligentes [...]” estuda como o espaço influencia e é influenciado pelos processos inovadores. As cidades inteligentes surgem como resposta aos desafios da urbanização, utilizando tecnologias para otimizar serviços e infraestruturas urbanas. Tornam-se, assim, laboratórios de inovação, onde novos métodos são testados e indicadores orientam ações estratégicas. No entanto, a implementação de soluções inteligentes requer adequação às diferentes escalas e contextos. É nesse cenário que se estuda Imperatriz (MA), cidade média do Nordeste brasileiro, e se analisa como os princípios da Geografia da Inovação e das cidades inteligentes podem ser aplicados à realidade local, considerando os elementos estruturantes urbanos.

Entre os elementos urbanos, estão os elementos dos espaços de lazer, tema do próximo artigo: “Lazer e Qualidade de Vida na Cidade de Umuarama/PR [...].” O artigo tem por objetivo analisar praças, bosques, lago e ciclovia de Umuarama enquanto espaços de lazer e qualidade de vida. Os resultados mostraram, segundo os autores, que as atividades de lazer realizadas nos espaços públicos são diversas e que esses espaços públicos, como parques, praças e pista de caminhadas cumprem a sua função, além de apresentarem estrutura, equipamentos e mobiliários urbanos que contribuem significativamente para a prática, promovendo a saúde.

“A Mobilidade Tecnológica como Recurso para a Educação Ambiental em Unidades de Conservação” investiga o potencial da mobilidade tecnológica como recurso interpretativo e educacional em áreas naturais protegidas, especialmente nas Unidades de Conservação. O estudo apresenta três partes: a primeira aborda conceitos centrais da educação ambiental e sua importância para a formação crítica dos indivíduos; a segunda analisa as Unidades de Conservação como espaços para práticas educativas e conscientização pública; e a terceira examina como a mobilidade tecnológica, via dispositivos móveis e aplicativos, pode fortalecer a sensibilização e mediar o conhecimento ambiental.

Na sequência, “Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável [...]” vai informar que o ICMS Ecológico é um instrumento de gestão que se enquadra no conceito de Pagamento por Serviço Ambiental, no qual parte dos recursos do ICMS são repassados aos municípios

que mantém em seus territórios unidades de conservação e áreas de preservação ambiental. O artigo tem como propósito demonstrar a viabilidade econômica do ICMS Ecológico e a importância das políticas públicas para o desenvolvimento socioambiental. Para o desenvolvimento da pesquisa a metodologia utilizada foi a econometria espacial, pois permite uma análise espacial por meio dos dados de agrupamento e vizinhança.

“A Dinâmica do Transporte Aéreo do Brasil na América do Sul [...]” vai discutir o transporte aéreo como elemento estratégico, sendo um dos responsáveis pela circulação territorial e intensificação dos fluxos de pessoas. A pesquisa utilizou dados da Agência Nacional de Aviação Civil sobre rotas internacionais e número de voos e passageiros, considerando os efeitos da pandemia de Covid-19 no período analisado. A abordagem demonstra que os países da América do Sul são os principais destinos internacionais do Brasil, com destaque para a atuação das companhias brasileiras que, por meio de suas estratégias, contribuem para a expansão da conectividade regional. Os fluxos aéreos, informam os autores, refletem e, ao mesmo tempo, condicionam a dinâmica integracionista no continente, e apesar de desafios estruturais e regulatórios, caracterizam-se fundamentais na promoção desta integração, ao ampliar os fluxos e articular centros urbanos estratégicos do continente.

O décimo artigo, com o título “Disrupção no Sistema Financeiro Brasileiro [...]” tem como objetivo analisar a mudança causada pelo Pix no sistema financeiro brasileiro, destacando seus efeitos na digitalização dos meios de pagamento e inclusão financeira. Criado pelo Banco Central, em 2020, o Pix se tornou o meio de pagamento mais utilizado e passou a fazer parte do cotidiano de grande parte da população brasileira, sendo importante na democratização do acesso a transações rápidas e gratuitas. Conclui que, apesar dos desafios em relação a golpes e fraudes, bem como a necessidade de acesso à internet e familiaridade com tecnologias digitais, o Pix representa uma transformação profunda no sistema financeiro brasileiro, alterando a forma como as instituições financeiras operam e como os serviços financeiros são acessados e utilizados no Brasil.

Os autores do texto “Desafios e Perspectivas para a Participação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais no Mercado Voluntário de Carbono [...]” entendem que o mercado voluntário de carbono (VCM) constitui mecanismo alternativo de ação climática ao mobilizar atores diversos na redução das emissões de gases de efeito estufa. Nesse contexto, o estudo teve como objetivo apresentar um quadro de oportunidades estratégicas para a inserção do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) no VCM a fim de auxiliar na redução dos riscos de desastres climáticos. Baseada em uma revisão narrativa da literatura, a pesquisa categorizou projetos potenciais derivados das atividades e estruturas do CBMMG conforme sistema reconhecido internacionalmente e tendências atuais do VCM.

“Territorialidades da Comunidade Quilombola Passo dos Brum, em São Sepé, Rio Grande do Sul, Brasil” mostra, segundo os autores, que a territorialidade do quilombo estudado é um processo dinâmico sustentado por três pilares: os troncos de parentesco, a memória ancestral e as práticas culturais cotidianas, como eventos festivos e formas de uso da terra. Concluem que o quilombo se constitui como um espaço de (r)existência, onde a luta pela posse do território e a valorização da ancestralidade são centrais para a construção de uma identidade ressignificada, afirmando sua presença contra as pressões externas.

O artigo denominado “Avaliação Qualitativa do Patrimônio Geomorfológico da Serra de Teixeira-PB, Nordeste do Brasil” conceitua o patrimônio geomorfológico como formas de relevo, solos e depósitos correlativos, considerando sua formação, estado de conservação, raridade, originalidade, grau de vulnerabilidade e a maneira como esses elementos se organizam no espaço. Os autores avaliaram o patrimônio geomorfológico da Serra de Teixeira por meio da realização de um inventário qualitativo que avalia o valor científico e estético das georformas no Semiárido Pararaibano, Brasil.

No artigo seguinte, o décimo quarto, é quantificado o transporte de sedimentos e o aprofundamento do manto de intemperismo na Bacia do Rio Marrecas (PR), avaliando a relação entre erosão mecânica e formação de solo. Para tanto, aplicou-se a metodologia de Tardy, que relaciona dados litológicos, geoquímicos e hidrossedimentológicos, com base em análises físico-químicas da água e composição mineralógica das rochas. O artigo tem o título “Transporte de Sedimentos e Taxa de Intemperismo na Bacia do Rio Marrecas no Sudoeste do Paraná”.

A seguir, “Modelagem Estatística e Investigação de Tendências nos Dados de Precipitação da UGRHI -17, Médio Paranapanema – SP”, onde temos uma síntese da dinâmica pluviométrica na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 17 (Médio Paranapanema) entre 1945 e 2021, integrando três abordagens metodológicas: clusterização hierárquica, regressão linear simples e teste de Pettitt para detecção de rupturas. O teste de Pettitt revelou mudança de regime comum entre 1969 e 1971, marcando um salto pluviométrico que elevou ligeiramente as médias anuais sem atenuar a amplitude interanual. Os achados reforçam estudos de análise multifractal e de extremos em bacias vizinhas, demonstrando que, embora a variabilidade natural permaneça dominante, há um viés de intensificação gradual da precipitação, sobretudo em áreas de relevo mais elevado.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são essenciais para a proteção da biodiversidade e a regulação dos ecossistemas e recursos hídricos. A conservação dessas áreas exige ações integradas e o uso de tecnologias como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que permitem o monitoramento remoto e preciso. O artigo “Avaliação das Mudanças na Vegetação Nativa em Áreas de Preservação Permanente (APPs) no Paraná

entre 2008 e 2023” traz a avaliação da cobertura de vegetação nativa das APPs associadas a corpos hídricos no Paraná, comparando dados matriciais (raster) de uso e cobertura do solo entre 2008 e 2023 em recortes a partir de arquivos vetoriais com delimitação das faixas das APPs por meio de software e técnicas de geoprocessamento em ambiente SIG.

Na mesma tônica de utilização do geoprocessamento, mas agora abordando áreas urbanas, está o décimo sétimo artigo, “Priorização de Bairros por meio do Uso de Geoprocessamento para a Criação de Hortas Urbanas em Betim-MG”. As autoras consideram que as hortas urbanas consistem em uma estratégia promissora visando a adaptação às mudanças climáticas, a redução da vulnerabilidade socioambiental, o incentivo à segurança alimentar e o envolvimento comunitário. O objetivo da pesquisa foi o de desenvolver um método para subsidiar a escolha da localização de hortas urbanas comunitárias utilizando critérios de vulnerabilidade socioambiental associados a ferramentas de geoprocessamento. Para tanto, considerou-se o método de Análise Espacial Multicritério (AEMC) e foi gerado um mapa síntese apontando as áreas prioritárias para a criação de hortas urbanas no município.

Finalizando este número, na seção Oficinas Pedagógicas, o texto “Geoeducação nos Espaços Não-Formais de Aprendizagem [...]” apresenta oficinas realizada no Museu Paleontológico e Arqueológico Walter Ilha, no interior do município de São Pedro do Sul (RS). Desde 2021, São Pedro do Sul integra o Projeto Geoparque Raízes de Pedra. Nestes territórios, a educação patrimonial, também chamada de geoeducação, é considerada de grande importância para conservação e valorização do patrimônio. O artigo irá relacionar as três oficinas realizadas no GeoDia à geoeducação e suas potencialidades, tendo como objetivo apresentar as práticas geoeducativas realizadas no GeoDia no Museu Walter Ilha, relacionando-as à discussão da geoeducação e sua ocorrência nos espaços não-formais de aprendizagem.

Boa Leitura!

Janeiro de 2026

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente – Editora-Chefe